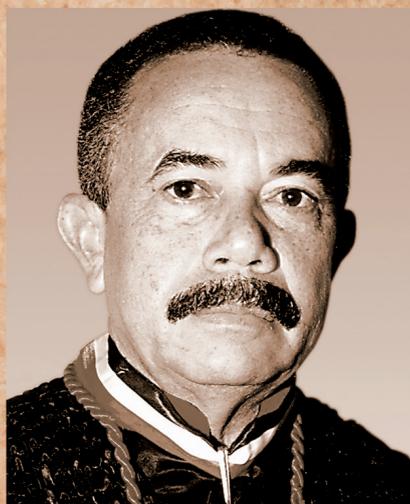




Homenagem aos Procuradores de Justiça falecidos em 2017



SUYAMY VIVEKANANDA
Pág. 3



ILZÉ CORDEIRO
Pág. 5



JOSÉ GOMES
Pág. 7



O MPMA INICIA
O REGISTRO
DE SUA
HISTÓRIA ORAL
Pág. 8

LANÇAMENTO
DO LIVRO: "CASO
DOS MENINOS
EMASCULADOS DO
MARANHÃO"
Pág. 11

MEMORIAL DO MPMA
É REINAUGURADO
NO CENTRO CULTURAL
E ADMINISTRATIVO
DO MPMA
Pág. 12

EDITORIAL

O presente número do Informativo *MP Memória* registra importantes marcos da história recente do Ministério Público do Maranhão e de seu Programa Memória Institucional.

Em primeiro lugar, homenageiam-se membros do Ministério Público do Maranhão recentemente falecidos e que participaram ativamente da trajetória do *Parquet* maranhense: o Procurador de Justiça Suvamy Vivekananda Meireles, em artigo do Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhede; a ex-Procuradora de Justiça Ilzé Vieira, em artigo do Procurador de Justiça Francisco Barros; e do ex-Procurador de Justiça José Pereira Gomes, em artigo da Procuradora de Justiça Fátima Travassos.

Em segundo lugar, tem destaque o início dos trabalhos de registro da História Oral do Ministério Público, fomentada pelo Conselho Nacional do Ministério Público na Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017, que instituiu o *Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (PLANAME)*, e que ensejou as necessárias adaptações de nossas atividades locais, com a publicação dos Atos Regulamentares GPGJ nº 21/2017 e 22/2017.

Assim, constituindo agora mais uma linha do nosso Programa Memória Institucional, os registros da História Oral do Ministério Público maranhense têm sido conduzidos pela historiadora Kelcilene Rose Silva, pela bibliotecária Maria Édula Marçal Lima e pelos estagiários do Curso de História da UFMA Djalma Vieira Pereira II e Gyselle Cristina dos Santos Silva.

Registre-se, por fim, que várias unidades do Ministério Público foram inauguradas desde a publicação do último número deste Informativo, dentre as quais, em 14 de dezembro de 2018, a sede permanente do Memorial do Ministério Público do Maranhão, localizada no Centro Cultural e Administrativo, também inaugurado na mesma ocasião e que se encontra instalado no antigo prédio da Procuradoria Geral de Justiça, na Rua Osvaldo Cruz, Centro, São Luís (MA), sendo que todas essas inaugurações serão destaque de edição especial do *Informativo MP Memória*, em 2019.

Com a consciência de que a história não se esgota no mero registro do Passado, mas se expande como “o estudo do homem no Tempo” (BLOCH, Marc. *Apoloogia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 55), convida-se o leitor a atualizar a memória daqueles que compuseram e compõem a história do Ministério Público do Estado do Maranhão e, assim, contribuir para sua imortalidade, pois, para além do significado religioso e parafraseando Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, “a imortalidade significa a permanência no tempo”. É a isso, ao fim e ao cabo, que se destina a atividade do *Programa Memória Institucional do Ministério Público* e, com ele, as crônicas da História Oral e as homenagens que aqui se registram.

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça da Capital

INFORMATIVO ANUAL DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Promotor de Justiça / Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim
Promotor de Justiça / Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA:

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça / Coordenador da Comissão

Washington Luiz Maciel Cantanhede
Promotor de Justiça

Ana Luiza Almeida Ferro
Promotora de Justiça

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Lucina Macedo Medeiros
Coordenadora de Comunicação

MEMBROS HONORÁRIOS:
João Raymundo Leitão
Procurador de Justiça aposentado
Reinaldo Campos Castro
Procurador de Justiça aposentado
Elimar Figueiredo de Almeida Silva
Procuradora de Justiça aposentada

COORDENAÇÃO DO INFORMATIVO:
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO, TEXTOS E SELEÇÃO DE FOTOS:
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

COLABORAÇÃO:
Conceição de Maria Lima Guedes
Analista Ministerial (Bibliotecária)
Rômulo de Sá Malta
Técnico Ministerial

DIAGRAMAÇÃO:
Wemerson Duarte Macedo

IMPRESSÃO:
Gráfica Cidade Mais Soluções Editoriais (Goiânia/GO)

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau.
São Luís/MA. CEP: 65076-820.
Telefones: (98) 3219-1600 / (98) 3219-1624.
Homepage: <http://www.mpma.mp.br/>

Memorial do Ministério Público do Maranhão
Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro. São Luís/MA.
CEP.: 65020-910 (Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão)
Telefones: (98) 3219-1950/ (98) 3219-1804.
Homepage: <http://www.mpma.mp.br/memorial/>
Funcionamento: segunda-feira à sexta-feira, das 8 às 15 horas

Servidores e Estagiários do Programa Memória e do Memorial:
Kelcilene Rose Silva – Assessora Técnica (Historiadora)
Susane Maria Pinto Viegas – Analista Ministerial (Bibliotecária)
Maria Édula Marçal Lima – Bibliotecária
Alda Iris Arruda de Araújo – Monitora
Geisa Moreira da Silva – Monitora
Djalma Vieira Pereira II – Estagiário de História
Gyselle Cristina dos Santos Silva – Estagiária de História
Roberto Rodrigues Fernandes Lima – Estagiário de História

Homenagem



Ao fim de dois mandatos bienais consecutivos, o procurador de justiça Suvamy Vivekananda Meireles entregou o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, em 17 de abril de 2017, proferindo um discurso que, pela singularidade do momento (término do exercício do quarto mandato à frente do órgão, cômputo que só ele alcançara), resume bem a sua trajetória de 8 anos chefiando a Corregedoria.

Falou do novo órgão que surgiu ao final dos últimos quatro anos (2013-2017), pontuando que, embora sentisse “o orgulho sem vaidade” de ter criado o primeiro *manual de promotor de justiça*, instituído pelo Provimento Conjunto nº 01/1997-PGJ/CGMP sob a denominação de *Manual de Recomendações aos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão*, quando da sua primeira passagem pela Corregedoria, na segunda etapa fora muito além, editando o *Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão*.

Referiu-se a atos normativos de extrema importância, editados há menos de 2 anos, como o novo regimento de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público Estadual, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional do Ministério Público, e o primeiro regimento do estágio probatório dos Promotores de Justiça (condição para o vitaliciamento), que substituiu dois pequenos provimentos do ano de 1996, tentativa inicial de disciplinar a tormentosa matéria quando da sua primeira passagem como titular da Corregedoria.

E foi categórico: quanto ao aspecto disciplinar, não hesitara na apuração das faltas cometidas por alguns e no enfrentamento de casos preexistentes que maculavam demais toda a Instituição.



O último discurso (17-04-2017)

MESTRE SUVAMY, O SENHOR GENTILEZA, RECORDISTA DE MANDATOS NO MP

Antes de concluir o primeiro biênio dos dois mandatos contínuos que então se findavam, o MPMA fora inspecionado, em dezembro de 2014, pelo Conselho Nacional do Ministério Público. O relatório desse procedimento foi publicado em setembro de 2015, fazendo numerosas recomendações e exigências à Corregedoria, cujo cumprimento exigiu trabalho intenso e complexo, como edição de normativa correccional e realização de uma centena de correições e inspeções, na Capital e no Interior. Mas, apesar de ter largamente pautado a atuação fiscalizatória e disciplinar desde então, direcionando os maiores esforços da Corregedoria, funcionou como norte seguro para o melhor desempenho da função correccional até 2017, que se intensificou com o sistemático acompanhamento, mediante procedimentos padronizados e periódicos, pela primeira vez, do estágio probatório de várias dezenas de Promotores de Justiça vitaliciandos, empossados a partir de agosto de 2015.

Poucos dias antes da transmissão do cargo, saiu o último relatório de acompanhamento das providências estabelecidas pelo CNMP no relatório de 2015, informando que a Corregedoria cumprira tudo o que lhe competia e recomendando apenas que duas Promotorias de Justiça continuassem sob acompanhamento mais próximo.

Em junho de 2016, foi a vez de ser inspecionada a própria Corregedoria Estadual pela Corregedoria Nacional. Do procedimento resultaram somente recomendações para acompanhamento mais próximo de alguns órgãos de execução.

De 2013 a 2017, dentro das suas funções institucionais, a Corregedoria realizara, como nunca se fez antes, 145 correições minuciosas de Promotorias de Justiça, envolvendo coleta de dados e informações *in loco* (trabalho interno e externo à Promotoria), e análise e avaliação à distância; e 215 inspeções de Promotorias e Procuradorias de Justiça. Foram, portanto, 360 correições e inspeções desde 2013. Vale ressaltar que, pela primeira vez, tinham sido inspecionadas as 31 Procuradorias de Justiça. Além disso, realizaram-se várias sindicâncias, parte delas resultando em sanções aplicadas pelo Corregedor-Geral ou sugeridas ao Procurador-Geral.



No interior do MA, em correição (2015)

Só quem esteve na linha de frente da Corregedoria no período sabe quanto foi penoso cumprir tudo aquilo, paralelamente ao desempenho das funções de rotina do órgão, com apenas 5 Promotores de Justiça Corregedores, dentre 7 que, por previsão legal, poderiam existir, e que Dr. Suvamy decidiu não ter, a fim de deixar a sociedade melhor servida pelo Ministério Público, mantendo nos seus postos de trabalho na atividade-fim dois Promotores de Justiça que ele poderia trazer para a Corregedoria.

Era o coroamento da carreira de *Doutor Kananda*, como o chamavam seus conterrâneos da cidade baixadeira de São João Batista, onde nascera em 19.07.1950, filho de Seu Procópio e Dona Cândida.

Na capital do Estado, após as atividades estudantis e laborais de um jovem interiorano, de família economicamente modesta e que procurava vencer na vida, inclusive trabalhando como comerciário, Suvamy Vivekananda Meireles ingressou na carreira do Ministério Público em 1981. Atuou como Promotor de Justiça titular nas comarcas de Parnarama, Arari, Pinheiro e Imperatriz, antes de ser promovido para a Comarca de São Luís, de última entrância. Além dessas, respondeu por Promotorias de Timon, Pinheiro, São Bento, Cururupu, Alcântara, São João Batista, Bacabal, Vitória do Mearim, Turiaçu e Porto Franco. Finalmente, ascendeu ao cargo de Procurador de Justiça, em 1993.

Eleito Corregedor-Geral pelo Colégio de Procuradores de Justiça para o biênio 1995-1997, foi reconduzido para o biênio seguinte.

Primeiro colocado na lista tríplice de integrantes da Instituição resultante da eleição realizada no ano 2000, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2000-2002, tomando posse a 12 de junho daquele ano.



Posse como Procurador-Geral (2000)

Foi o primeiro Procurador-Geral, presidente/membro nato do Conselho Superior do Ministério Público, que, eleito pela classe, antes também fora membro do órgão nas duas outras condições possíveis: Corregedor-Geral/membro nato (1995-1999) e membro eleito (1999-2001). Foi o momento maior da sua trajetória profissional.

Na sua gestão como PGJ, entre outras realizações, foi concluído o processo de informatização do MPMA, iniciado na gestão de

Dr. Jamil de Miranda Gedeon Neto e intensificado na do sucessor deste, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho; e foi pela primeira vez concebido, em uma proposta de projeto de lei enviada ao Governo do Estado em outubro de 2001, o Fundo Especial do Ministério Público Estadual-FEMPE, a ser gerido pela Procuradoria Geral de Justiça com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar, sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento da Instituição, as atividades e programas de modernização do Ministério Público – grande salto de qualidade estrutural do MP, que viria, afinal, com a Lei Complementar Estadual nº 86/2005.



Posse como Procurador-Geral (2000)

Ao falecer, em 09.12.2017, menos de 8 meses depois de concluir o seu quarto mandato de Corregedor-Geral, Dr. Suvamy registrava o feito de ter integrado o Conselho Superior do Ministério Público, com interrupção de um ano somente (2002-2003), ao longo de 22 anos, dos quais uma vez mais como membro nato (Corregedor-Geral de 2013 a 2017), tendo também exercido pouco antes (2012-2013) o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Era o recordista de mandatos eletivos na Administração Superior do MP/MA.



Votar e ser votado, um prazer

Ele foi velado, sob clima de intensa comoção, no auditório da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde instalara a Corregedoria em 2016, e sepultado, no dia 10 de dezembro, no cemitério Memorial Pax/ Paço do Lumiar-MA.

Além do luto oficial determinado pelo Procurador-Geral Luiz Gonzaga Martins Coelho e da nota de pêsames emitida pela Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e a Ordem dos Advogados do Brasil/ Seccional do Maranhão emitiram notas de pesar pelo seu falecimento.

Na missa de sétimo dia em sufrágio de sua alma, o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai leu um elucidativo necrológico, de sua autoria, cuja transcrição última esta homenagem. O resumo do texto é a conclusão evidente – mas que precisa ser reafirmada,

por isso que enfatizada naquela ocasião e lembrada aqui – a respeito da trajetória de Suvamy Vivekananda Meireles: pequenino grande homem que marcou o MPMA pelas suas estupenda inteligência emocional, prodigiosa memória para os assuntos institucionais, elevada capacidade de diálogo, dilatada disposição para a conciliação e ilimitada vontade de fazer o bem, tendo em vista os interesses da sua Instituição, cuja Corregedoria não quis deixar acéfala, quando, talvez, tenha precisado fazê-lo a fim de cuidar da saúde ao receber o diagnóstico da doença severa, mal começado o segundo biênio de mandato.



Em abr.2017 com a esposa Fátima, falecida em 23.08.2018

Permaneça, todavia, a lembrança da sua vitalidade, inquestionável até quando o vimos combalido em momentos de intenso efeito do tratamento contra o câncer, como naquela confraternização de dezembro de 2015, em que ele, licenciado do trabalho,

chegou de surpresa, para alegria e emoção de todos que integrávamos a equipe da Corregedoria.

Apaguem-se as lembranças dos muitos momentos em que o vimos injustiçado e em que sentimos justa revolta por não vê-lo reagir como se entendia necessário – episódios que, certamente, contribuíram para enfraquecê-lo fisicamente, tão debilitado que já estava. Em sua homenagem, esqueçamos. Afinal, ele não se deixava aprisionar ao ressentimento.

Guardem-se para sempre as lembranças alegres e as lições de diplomacia nata que nos deixou esse homem – um rio que tão brevemente passou em nossas vidas – chamado Suvamy Vivekananda Meireles.

Afinal, tendo-lhe seus pais apostado esse nome tão peculiar ao nascer, Dr. Suvamy poderia (trocando-se um nome significativamente grande por outro menor, mas de não menos importância) ser alcunhado, por todos os que com ele tiveram a honra de conviver, de Senhor Gentileza, haja vista o poder de sedução que descobriu nesse seu atributo, externado até nos mínimos gestos e atitudes correntes de toda a sua eloquente vida simples.

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
3º Promotor de Justiça do Juri da Capital

SUVAMY VIVEKANANDA

Suvamy, nome originalmente escrito Swamy, em dialeto hindu significa mestre de si mesmo e senhor. Swamy Vivekananda foi, no século 19, o mais célebre filósofo yogue da doutrina Ramakrishna, célebre por sua liderança e sabedoria.

O nosso Suvamy da região de São João Batista foi um líder sábio e pacificador ao longo de sua vida. E, por nós, seus colegas, admirado por suas virtudes, entre elas a sua capacidade de conciliar e de aconselhar.

Somos todos reconhecedores de que ele era um fervoroso e aguerrido servidor ministerial, capaz, como poucos, de enxergar os vetores das vaidades e não se deixar combalir nem seduzir por elas. Com voz e posturas serenas, expunha sua visão de mundo, imbuído, sempre que falava do lugar do membro do Ministério Público, de um espírito de estadista.

Não há nódoa alguma em sua trajetória funcional. Muitas vezes subestimado, sempre ocupava o lugar da razão. Títulos de mestrado e doutorado, que não detinha, não lhe subtraíam a grandeza nem faziam frente à sua sabedoria.

Foi um altruísta zelador, muito mais preocupado em auxiliar do que brilhar nos sodalícios institucionais, que, quando chamado, orientava a tantos promotores e promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça que dele se socorriam. E não fomos poucos os que dele nos socorremos.

Era um cavalheiro perspicaz e manso. Incapaz de tecer ardid ou pactuar com abusos.

Todos lhe somos devedores por seus relevantes serviços prestados à sociedade maranhense.

Era circunspecto, veraz, atento na posição de conselheiro superior. Foi sempre cômico, equilibrado e objetivo em suas manifestações ministeriais. Sem alarde e desprendido de autopromoção, a muitos ajudou, no silêncio, a seguir o caminho da emancipação social e do correto exercício do ofício de Promotor de Justiça.

Foi um adjutor de necessitados, um mestre aos seus auxiliares, um exemplo de atitudes de humanidade e de mútuo respeito com seus pares e seus subordinados.

Certamente, essa a razão da presença de tantos servidores do Ministério Público nesta hora.

Filho, pai e avô, feito menino no riso sincero, solto nas brincadeiras e na folia.

Vocês, filhos, devem, sim, sentir orgulho do pai! Ele era motivo de admiração.

Suvamy Vivekananda vive em nossa memória como a pessoa honesta, humilde e carismática que era.

Deus seja louvado por sua vida, por seu espírito e sua ressurreição.

(Promotor de Justiça **Cassius Guimarães Chai**. Necrológico lido na missa de sétimo dia)

Homenagem

ILZÉ VIEIRA DE MELO CORDEIRO E A VOCAÇÃO DE UMA “ARTESÃ DO MINISTÉRIO PÚBLICO”

Em primeiro lugar quero expressar a minha honra pessoal pela incumbência a mim confiada pelo Coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público, Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, para a elaboração de um texto sobre a vida funcional da Procuradora de Justiça Ilzé Vieira de Melo Cordeiro, falecida em 04 de julho de 2017, a constar do Informativo MP MEMÓRIA relativo ao mês de dezembro do ano em curso.

Contar parte da história da vida funcional da Dra. Ilzé Cordeiro, no Ministério Público timbira, é poder conviver com um acervo de informações que só enriquece o nosso conhecimento, acima de tudo, sobre como deve se conduzir um membro do Ministério Público. Seu bom exemplo com a qualidade de sua atuação demonstram o seu espírito de superação, numa época em que tamanha eram as dificuldades, em todos os aspectos, como o difícil deslocamento entre as Comarcas, ante a precariedade ou mesmo a total ausência de estradas trafegáveis, como também, a falta de estrutura material nas Promotorias de Justiça; dentre outras, nenhuma delas no entanto, se mostrava capaz de dificultar a atuação de quem, no exercício do múnus ministerial, atuava com determinação, compromisso e competência.

Ademais, a tarefa é facilitada pela própria parceria que se pode encetar com a Dra. Ilzé. Escritora e professora, fez questão de fazer literários registros de sua saga ministerial. Seus excertos de memória tornam atual e viva sua história funcional.

Antes, porém, cabe um breve retrato de sua época, a fim de que se possa entender, de forma conjuntural, suas posições e reflexões. No final da década de cinquenta, no século passado, o serviço público desconhecia o concurso como a forma de ingresso nas carreiras de Estado. Os cargos do sistema de Justiça não tinham as garantias que hoje impedem a exoneração sem o devido trânsito em julgado de decisão judicial. Os Promotores Públicos eram nomeados pelo Executivo.

Não foram poucos os grandes vultos da história maranhense e brasileira que iniciaram suas carreiras como Promotores Públicos, alcançando outros cargos na política e no Judiciário, a partir desse ponto inaugural. Clóvis Beviláqua, autor do Código Civil que antecedeu ao vigente, foi Promotor em Alcântara, por exemplo.

Por outro lado, além de não deter garantias funcionais em favor de sua independência, o membro do Ministério Público não era remunerado à altura da dignidade de sua função. Os vencimentos do Promotor eram pagos pelo agente da Fazenda Pública estadual, quando a arrecadação daquele posto da coletoria atingia as metas orçamentárias.

Inexistia sequer estrutura de uma Promotoria. Nada de prédios próprios, alugados ou cedidos. Por vezes, nas cidades menores, aranjava o escrivanô do cartório do único (que também exercia as atividades cartorárias judiciais), um espaço em suas instalações, onde Juiz e Promotor realizavam audiências. Tecnologia era a caneta esferográfica e a máquina de datilografar, além dos pesados livros de Direito, alguns da época da faculdade.

Sem humildade e coragem não há amor. Essas duas qualidades são exigidas, em escalas enormes e contínuas, quando se ingressa numa terra inexplorada e não-mapeada. E é esse território que o amor conduz ao se instalar entre dois ou mais seres humanos.
Zygmunt Bauman



Enfim, era um mundo diverso deste em que hoje vivemos e que o inolvidável filósofo polonês Zygmunt Bauman batizou de modernidade líquida, ou seja, uma sociedade em que **“nada é para durar”**.

Naqueles tempos, tudo tinha que durar. Não havia facilidade para substituir os bens e os imóveis e, na mesma trilha, as ideias e as posturas. O modelo de família ainda excluía a mulher de qualquer movimento pela igualdade de gênero. Ter uma mulher profissão à época predominantemente masculina era algo assombroso e desafiador.

E foi com humildade e coragem que a jovem filha de José Vieira Melo e Maura Jorge de Melo pediu exoneração do emprego de consultora jurídica da COPEMA e aceitou a nomeação, datada de 07.12.1959, como Promotora Pública para a comarca de Imperatriz, então de primeira entrância, para ali chegar, em 1.º de janeiro de 1960, com apenas dois meses de formada. Foi recepcionada com uma surpresa por ela descrita, com graça e competência literária, em seu texto intitulado **O CORONEL E A PROMOTORA**¹:

Segui de avião para Belém e de lá, outro para minha comarca. Mal descí do avião, porém, sofri o impacto de uma notícia “bomba”: “mataram o Delegado e o juiz se mandou...”. Tal informação dada assim de chofre e com certo sarcasmo, deixou-me desnorçada. Era uma espécie de “Batismo de Fogo”, logo no meu primeiro dia de trabalho --“Que fazer?” -- pensei com meus botões. Predominava na cidade uma enorme incredibilidade na Polícia e na Justiça, aliada então, a um certo pessimismo, com a expectativa de que a de que de uma nova Promotora era jovem e recém-formada. Percebi de imediato, pelos comentários logo no aeroporto, que eu iria contar, além dos obstáculos de tão árduo mister, também com a indiferença e até uma certa resistência do povo desencantado em colaborar. Senti, logo nesse difícil começo, uma vontade quase irresistível de recuar. Pensei em não assumir a função e voltar para São Luís, alegando falta de segurança e de condições de trabalho. Mas, foi apenas um impulso passageiro. Refleti melhor e resolvi ficar e enfrentar o desafio. Afinal, sempre me consideraram na minha família, como “teimosa” e obstinada na perseguição daquilo que me dava na cabeça, um dia alcançar. Assim, resolvi ficar.

Esses momentos primeiros, em que a adaptação às novas condições de vida se iniciavam, foram assim descrito pela Promotora de Justiça, quando já na Capital, refletia, em versos, sobre a carreira do Promotor²:

*É bonito de se ouvir
Alguém se apresentar
Eis aqui um Promotor*

*“Paladino da Justiça”
Homem de fibra e de fé
Bem nobre é sua missão
“Magistratura de pé...”*

*II
Mas, cadê no dia a dia,
O respaldo do teórico,
Se aqui no Maranhão
Sobe quem não tem valor
Depressa que nem balão?...*

*III
Jogado no interior
Onde campeia o cangaço
A grilagem, o horror,
A política imperando,
Coitado do Promotor...*

*IV
Se solteiro, no hotel
Vive à base do Prato Feito
Se casado é outro páreo:
A pobre da companheira
Tem que ajudar no salário*

*V
A coisa se assemelha
Mesmo aqui na Capital:
Sem condição de trabalho
Sem prestígio, sem valor
Vive o Dr. Promotor*

Não se pode deixar de repetir que todas essas dificuldades avolumavam-se para ela, por sua condição feminina. Com sua humildade peculiar, a Dra. Ilzé assim descreveu como foi superando esse preconceito³:

De início sofri na pele as restrições e discriminações preconceituosas daquela época, notadamente em cidades atrasadas do interior, contra mulheres⁴ que ocupavam cargos de destaque, ainda mais como autoridade no âmbito da Justiça, com as agravantes de ser jovem mal saída da faculdade, sem experiência e sem grandes cabedais de cultura jurídica.

Pouco a pouco, entretanto, fui vencendo as barreiras graças muito mais à minha habilidade e capacidade de comunicação, do que propriamente pelos poucos serviços que eu possa ter prestado à Justiça. Meus livros e meus apontamentos ficaram guardados e meu trabalho naquela comarca tão atrasada e com uma Justiça tão emperrada, foram mais de ordem artesanal⁵, onde prevalecia o direito da força, contra a força do direito.

Novamente relembro Bauman. O filósofo nos fez observar que **“na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte”**. Mesmo assentado que outro era o mundo em que atuou a Dra. Ilzé, percebe-se que ela sempre soube da importância de tornar acessível o conhecimento e a informação, “visibilizadores” primordiais de qualquer pessoa⁶:

Jovem recém-formada, tive o maior cuidado de rebrulhar em papel celofane, as

minhas apostilas, frutos modos “preciosos” apontamentos que eu fazia nas aulas dos insígnies mestres: Fernando Perdigão, Clodoaldo Cardoso, Antenor Bogéa, Pedro Neiva de Santana, Tácito Caldas e tantos outros, de saudosa memória. Era um ritual quase que religioso: eu procurava anotar tudo o que podia. E o colega Waldemar Pereira Rocha, funcionário do DER, se encarregava de datilografar e organizar as apostilas que distribuíamos para alguns interessados (geralmente os menos afortunados que não podiam comprar muitos livros).

Informar e formar. Em Imperatriz, ainda nessa primeira passagem, se viu “**envolvida com grandes promoções sociais para fundar o primeiro ginásio que recebeu o nome de Ginásio Bernardo Sayão, em homenagem ao mártir da estrada Belém-Brasília**”⁷. Seu perfil de educadora a fez ser colocada à disposição do Ginásio de Dom Pedro/MA, em 05 de julho de 1977.

Mas também não era mulher em que apenas a razão reinava, reconhecendo ela própria seus arroubos. Novamente no texto O CORONEL E A PROMOTORA, relata fato, passado em Imperatriz, que revela sua audácia e caráter intimorato:

Ocorreu um desagradável incidente entre um vereador chamado Queiroz e o pistoleiro importado dos bandos de São Domingos, conhecido por “João Soldado”. Queiroz era um daqueles edis que mexia com a vida de muita gente importante, merecendo ou não. Era um “fofoqueiro” irrecuperável. “João Saldanha” veio “de encomenda” não para matar, mas para desmoralizar seu Queiroz. Derrubou-o debaixo de uma mangueira, bem no centro, Rua Tereza Cristina, e deu-lhe tantas panadas de facão que o deixou com as costas pretas. Foi um alvoroço terrível na cidade. A polícia foi chamada para prender o criminoso que desafiadoramente saiu do local do crime tranquilo, de arma em punho, para homiziar-se na casa de um conhecido. O Juiz estava ausente da comarca; e o Delegado de Polícia, acovardado, cruzou os braços. Fui chamada às pressas e diante do clamor público, determinei ao comandante do destacamento que me acompanhasse acompanhado por mais dois policiais e dirigi-me, desassombadamente, à frente de meu pequeno “batalhão”, para prender o pistoleiro. O povo enchia as ruas em expectativa para o desenrolar dos acontecimentos. Bati na porta em que se escondia “João Soldado”, entrei e consegui prendê-lo, para, em seguida, entregá-lo aos policiais que o recolheram na cadeia pública. Não sei se o homem se entregou, desnortado pelo procedimento inusitado, ou se aconselhado pelo proprietário da casa. O certo é que, a partir daquela façanha temerária, ninguém mais duvidou de uma “mocinha boba e frágil”, e todos passaram a me respeitar como uma autoridade confiável para o que desse e viesse.

De 1º de abril de 1963⁸ a 21 de agosto de 1964, atuou, como Promotora Pública interina na comarca de Colinas, também de primeira entrância, quando foi exonerada e, na mesma data, nomeada para o cargo de Juíza de Direito da comarca de Balsas, também de primeira entrância.

Porém, seu amor pelo Ministério Público a fez ser nomeada, em caráter efetivo, exatos trinta dias após, Promotora Pública da comarca de Arari, mais uma vez na primeira entrância, o que motivou seu ato de exoneração como Juíza de Direito, datado de 30 de outubro daquele ano.

Sua primeira promoção somente ocorreu em 05 de fevereiro de 1970, da comarca de Presidente Dutra, de primeira entrância, para

a comarca de Alto Parnaíba, de segunda entrância. Mas foi uma promoção laureada pelo merecimento aferido naqueles então onze anos de carreira.

Foi em pouco mais de quatro meses depois que conseguiu ser removida, a pedido, para a comarca de Grajaú, onde atuou até 26/09/1973, quando foi mais uma vez removida, a pedido, para a comarca de São José de Ribamar, de igual entrância. Em 17/11/1975, foi promovida para a terceira entrância, também por merecimento, retornando para a comarca de Imperatriz, de onde saiu, em 28 de agosto de 1979, por nova promoção por merecimento, vindo para São Luís.

Fazia sempre questão de lembrar que residiu em todas as comarcas em que atuou, até as mais distantes⁹, e que sempre cumpriu suas obrigações funcionais¹⁰:

Posso dizer de alto e bom som – Segui meu exemplo: Eu sempre morei nas minhas comarcas. - Eu sempre fui responsável, eficiente e trabalhadora. Se não consegui ser uma estrela, pude produzir muito, ao menos como “artesa” do Ministério Público. Eu sempre convivi com políticos, mas nunca participei de conchavos, ou me submeti a imposições de qualquer natureza... – Eu sempre preservei o meu espaço e o conquistei, lado a lado, com altos expoentes da magistratura, aos quais tributo o meu respeito e a minha admiração.

Essas palavras não eram fruto da vaidade. A conheci pessoalmente, notadamente quando atuei como Assessor da Procuradoria Geral de Justiça. Seu sentido era de exortação aos colegas mais novos, como estímulo a uma conduta que os ajudasse a firmar o caminho que levaria a Instituição ministerial a um novo patamar, em mensagem que permanece extremamente atual¹¹:

[...] Para isso, precisamos renunciar ao conforto do ar condicionado dos gabinetes e ultrapassar o âmbito restrito dos processos; precisamos romper com as barreiras do formalismo das salas de espera e do emperramento da justiça, porque nosso lugar não é nos pedestais e o nosso papel não pode ser delimitado pelas barreiras da burocracia. O novo Ministério Público tem como destinatário de seus serviços o povo, que deve cultivar e usufruir a sua liberdade plenamente assegurada, par e passo com o respeito à sua cidadania e à sua dignidade. Por isso, em cada Comarca de nosso Estado, cumpre ao Promotor não só assegurar a sua presença física e permanente, mas, sobretudo, a certeza indispensável de ser o aliado dos cidadãos pela defesa de seus direitos individuais, coletivos ou difusos. Deve o Promotor, ainda, incentivar aproximação e a confiança, que conquis-

tam a credibilidade e a motivação, para um trabalho somatório de autopromoção coletiva; deve revestir-se de serenidade e do equilíbrio preventivos, porque inevitáveis serão os desafios e as provocações que chegam às raias do absurdo...

Seu orgulho em ser Promotora de Justiça também era por ela permanentemente repetido, mesmo após sua promoção, em 07 de maio de 1982, mais uma vez por merecimento, para o cargo de Procuradora de Justiça. Mas isso não quer dizer que não tenha abrilhantado sua atuação em segundo grau, o que foi reconhecido, por exemplo, quando, após seu mandato como Corregedora (designação em 04 de abril de 1991), recebeu menção de louvor por sua passagem nessa relevante função, pela invulgar capacidade de trabalho e cultura jurídica.

Integrou, em 1990, 1991 e em 1993, a Comissão Examinadora do Concurso para Ingresso no Cargo Inicial da Carreira do MPMA. Seus méritos como educadora não foram subutilizados institucionalmente. Em 22 de janeiro de 1991, foi designada para compor e presidir comissão instituída para criar a cartilha destinada a divulgar, na comunidade, as atribuições do Ministério Público, com ênfase às decorrentes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 29 de julho de 1994, a tarefa que lhe foi designada foi a de proceder à estruturação da Escola Superior do Ministério Público.

Integrou, a partir de 13 de outubro de 1994, a Procuradoria de Justiça Especializada incumbida de coordenar as atividades das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente. Ainda na área, atuou no Centro de apoio Operacional do Meio Ambiente, desde 03 de julho de 1997.

No Conselho Superior, que passou a integrar a partir de 01 de março de 1985 e, novamente, de 20 de outubro de 1997, acompanhou a carreira de gerações de membros do Ministério Público e ajudou a construir os posicionamentos daquele Colegiado.

Sua aposentadoria voluntária, em 14 de janeiro de 2004, encerrou uma atividade funcional intensa e totalmente dedicada à sociedade e à Instituição que poderia ser assim resumida, em versos de sua autoria:

*[...]
Quem com o óleo da justiça
for ungido guardião da lei
jamais será vencido...*

E onde quer que for
sempre há de ser um Grande Promotor...

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Procurador de Justiça do Maranhão

¹ CORDEIRO, Ilzé Vieira de Melo. O coronel e a promotora. *Boletim Informativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão*, São Luís, n. 53, 1989.

² _____. Parabéns ao Promotor de Justiça. *Boletim Informativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão*, São Luís, v. 1, p. 23-24, mar. 1980.

³ Id. *Ibid.*

⁴ No discurso que proferiu quando de sua posse como Corregedora-Geral do Ministério Público, em 05 de abril de 1999, a Dra. Ilzé voltou ao tema da questão de gênero, invocando inclusive as discriminações em face de seu físico, afirmando ter recebido “intimidações por ser baixinha, gordinha e não exibir o protótipo de “miss” ou de “paraibana” (Boletim Informativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, São Luís, n. 62, p. 140-143, fev./maio. 1991).

⁵ Em texto que intitulou SOU PROMOTORA DE JUSTIÇA COM MUITO ORGULHO (Boletim Informativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, São Luís, n. 5, p. 23-25, mar./jul. 1988) a Dra. Ilzé volta a referir-se a si própria como “artesa do Ministério Público”.

⁶ Id. *ibid.*

⁷ Id. *ibid.*

⁸ No ano anterior, tivera seu primogênito, José Hildo de Melo Cordeiro, nascido em 14/10/1962, de seu casamento com João Arruda Cordeiro, passando a acumular mais esse papel social: o de mãe. Em 15/01/1966 nasceu José Arruda Cordeiro Filho e, finalmente, em 20/07/1971, Mauro Sérgio Melo Cordeiro.

⁹ Por exemplo, no discurso de posse como Corregedora-Geral do MPMA, referido na nota 4.

¹⁰ CORDEIRO, Ilzé Vieira de Melo. Sou promotora de justiça com muito orgulho. *Boletim Informativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão*, São Luís, n. 5, mar./jul. 1988.

¹¹ _____. Discurso da Corregedora-Geral do Ministério Público, Dra. Ilzé Vieira de Melo Cordeiro, por ocasião da solenidade de posse dos novos promotores de justiça. *Boletim Informativo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão*, São Luís, n. 63, jun./ago. 1991.

Homenagem

JOSÉ PEREIRA GOMES



José Pereira Gomes, filho de Thomaz de Oliveira Gomes e Joana Pereira Gomes, nasceu em 09 de março de 1926, na cidade de Viana/MA.

Órfão de mãe aos três anos de idade, foi criado pelos avós e educado pela madrinha, Josefa Dias, conhecida por Nhazita, que lhe ensinou as primeiras letras. Em 1938, aos doze anos, depois de concluir o curso primário no Grupo Escolar Estêvão Carvalho, José Pereira Gomes foi levado pelo pai para continuar os estudos em São Luís, onde foi matriculado no Colégio Ateneu Teixeira Mendes, transferindo-se posteriormente para o Colégio Maristas.

Concluído o ginásio, fez o 1º e o 2º ano do curso científico no Colégio São Luís, do conceituado professor Luís Rego. Em 1945, aos 19 anos, viajou para Fortaleza, matriculando-se no Colégio São João, onde concluiu o 2º grau. Retornou ao Maranhão no final de 1946. Ao regressar, José Pereira Gomes foi contratado como postalista dos Correios e Telégrafos.

De volta a São Luís, prestou vestibular para o curso de Direito e, em 1953, concluiu o curso de Bacharel em Direito e, no ano seguinte, prestou concurso para a Magistratura e para o Ministério Público. Aprovado em ambos certames, optou pelo último, por aspirar à carreira política, a qual seria incompatível com a Magistratura. A primeira nomeação, em 1955, foi para a cidade de Mirador, permanecendo ali por três meses, para logo ser transferido para a Comarca de Viana (1ª entrância) em 15 de julho de 1955, em caráter efetivo.

Em 18 de maio de 1959 foi promovido para a Comarca de Viana (2ª entrância).

Em Viana, como Promotor Público, iniciou sua atuação ministerial com dedicação e entusiasmo, uma trajetória comprometida com a sociedade vianense, o que lhe conduziu ao cargo de chefe do Poder Executivo Municipal, seis anos depois. Como gestor municipal, dirigiu suas ações a partir de políticas públicas voltadas, especialmente, para o desenvolvimento da educação do município, destacando-se pela criação de um curso ginásio, que preencheu a maior carência da educação vianense da época, o Ginásio Professor Antônio Lopes. Foi uma árdua batalha que o dinâmico Promotor de Justiça, e então Prefeito Municipal, enfrentou sem desânimos. O mais difícil foi arrecadar, junto à comunidade local, a alta quantia de quarenta mil cruzeiros, valor da taxa exigida pela diretoria da antiga CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos), sediada no Rio de Janeiro. Para tanto, José Pereira Gomes criou um livro de ouro com quarenta assinaturas, cada uma equivalente a mil cruzeiros.

Eleito Prefeito Municipal da cidade de Viana/MA pelo extinto PSD (Partido Social Democrático), José Pereira Gomes tomou posse no dia 31 de janeiro de 1961, tornando-se o 37º Prefeito Municipal de Viana/MA. Dois meses depois, em 31 de março, aconteceu a aula inaugural do Ginásio Professor Antônio Lopes, instituição de ensino que se

tornou, ao longo das cinco últimas décadas, um marco na educação dos jovens de Viana e das cidades circunvizinhas.

Em 26 de dezembro de 1973 foi promovido, por merecimento, para a 1ª Promotoria da Comarca de Bacabal (3ª entrância), e, em 02 de fevereiro de 1979, promovido para a 4ª entrância.

Pouco tempo depois, em 16 de março de 1979, foi nomeado para exercer o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, permanecendo no cargo até 26 de abril de 1983, quando assumiu o cargo de Assessor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Atuante na carreira ministerial, em 24 de julho de 1979, foi promovido, por merecimento, para o cargo de Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, vindo a aposentar-se, voluntariamente, em 17 de março de 1985.

Depois de aposentar-se, exerceu a advocacia com maestria por muitos anos.

Para além do seu legado funcional, José Pereira Gomes também foi um dos membros fundadores da Academia Vianense de Letras – AVL, ocupando a Cadeira de nº 7, patronada por Frei Antônio Bernardo da Encarnação e Silva.

Além dele, seu primogênito, Rogério Castro Gomes (Rogério Du Maranhão), também integra a Academia Vianense de Letras – AVL, na qual é titular da cadeira de nº 16, patronada por Miguel Dias.

Como imortal da Academia Vianense de Letras, José Pereira Gomes contribuiu para a cultura e literatura da cidade de Viana e região da Baixada Maranhense, como um grande fomentador da educação e um exímio entusiasta do esporte e lazer no município.

Até hoje, a cidade de Viana dispõe do Ginásio Professor Antônio Lopes, obra de sua atuação enquanto gestor público municipal, e, principalmente, como filho de Viana, que hoje recebe o nome de Centro Educacional José Pereira Gomes, em homenagem ao seu fundador.

José Pereira Gomes contou com o incentivo e apoio de algumas personalidades ilustres da cidade de Viana para iniciar o empreendimento e mantê-lo em funcionamento. Foram eles: Dr. José Ribamar Seguins, na época Secretário de Educação e Cultura do Governo do Estado do Maranhão; as professoras Edith Nair Furtado da Silva, Zeila Cunha Lauleta, Maria Antônia Gomes e o professor Pedro Raitis de Santana; e o Promotor de Justiça José de Freitas Dutra que o substituiu por ocasião da sua licença para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Viana. Foram estes que constituíram o primeiro corpo docente do Ginásio Professor Antônio Lopes, cujo prédio até hoje ocupado por esta instituição de ensino foi doado pelo ex-Prefeito Municipal de Viana José Mendes Pinheiro.

O Ginásio Professor Antônio Lopes, na época da sua fundação, serviu praticamente a toda a Baixada Maranhense, atendendo alunos vindos das cidades de Matinha, Penalva, Cajari, Arari e muitas outras.

Em 1962, foi instalada a Diocese de Viana sob os cuidados do saudoso Bispo Dom Hamleto de Angelis, trazendo em sua equipe padres italianos e missionários canadenses, todos comprometidos com a missão religiosa de caráter educacional.

Em algumas conversas entre José Pereira Gomes e Dom Hamleto de Angelis ficou claro que como já havia um ginásio em funcionamento em Viana seria, portanto, de grande importância a instituição de uma escola normal onde os concludentes do grau médio pudessem prosseguir nos seus estudos. E, como colaboração inicial, o Bispo permitiu que o padre italiano Vitorio Luccesi Viessa lecionasse Matemática, e as missionárias canadenses Denise Caron e Gertrudes Pax lecionassem Francês e Inglês, respectivamente. Disciplinas estas ministradas por José Pereira Gomes após estágio e autorização da Aliança Francesa e YÁZIGI para posterior referendo da antiga CADS, pois sem o cumprimento dessa exigência não era permitido lecionar.

Em 1964, José Pereira Gomes, ainda Prefeito Municipal de Viana/MA, assistiu a diplomação da primeira turma de concludentes diplomada pelo mestre. No ano seguinte, alguns alunos ingressavam sua segunda jornada na escola normal instituída por Dom Hamleto de Angelis. E a luta prosseguiu mesmo depois da saída de José Pereira Gomes da Prefeitura Municipal de Viana em 1966, reassumindo o cargo de Promotor de Justiça desta cidade, continuando à frente do Centro Educacional Cenecista até a sua transferência para assumir a Promotoria da Capital.

A partir de 1980 o estabelecimento foi dirigido por várias professoras ex-alunas. A primeira foi Lucimar Gonçalves, seguida de Dinalva Guimarães, Josefina Cordeiro e atualmente a professora Isaura Santos Lopes. Em assembleia do dia 25 de abril de 2005, e nos mesmos moldes filantrópicos da Senec, em eleição, criaram o Centro Educacional Dr. José Pereira Gomes, a mais justa homenagem ao seu incansável fundador.

Sem dúvidas, a memória do imortal José Pereira Gomes permanecerá presente na vida de cada vianense e maranhense, alcançados pelas lutas deste nobre vianense, que cumpriu sua missão como cidadão, deixando um legado de amor e dedicação ao seu "torrão gentil".

**Maria de Fátima Rodrigues
Travassos Cordeiro**

Procuradora de Justiça do Maranhão
Presidente da Academia Vianense de
Letras – AVL

Disponível em: <<https://sites.google.com/site/acriticaopequenonotavel/caderno-especial-4/maiortemploculturalvianense>>.

Disponível em: <<http://www.avlma.com.br/index.php/academicos-e-patronos/250-jose-pereira-gomes>>.

Pesquisa institucional fornecida pela Biblioteca do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O MPMA INICIA O REGISTRO DE SUA HISTÓRIA ORAL

Em consonância com a Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público que determina a implantação do programa de história oral, o Ministério Público do Estado do Maranhão publicou os Atos Regulamentares GPGJ nº 21/2017 e 22/2017 que estabelecem a história oral como mais uma linha de atuação do Programa Memória Institucional.

O objetivo precípua da história oral é resgatar a memória do entrevistado por meio da coleta de depoimentos, relacionando sua narrativa aos fatos e personagens marcantes em sua trajetória e da instituição.

Assim, o Ministério Público do Estado do Maranhão, através do Programa Memória Institucional, está desenvolvendo, desde novembro de 2017, as entrevistas para a história oral.

Nesta fase inicial do trabalho de “reconstrução do passado”, através da memória, foram entrevistados o ex-Procurador-Geral de Justiça, anterior à Constituição Federal de 1988, Roque Pires Macatrão; a primeira Procuradora-Geral de Justiça pós-Constituição Federal de 1988, Elimar Figueiredo de Almeida Silva; os ex-Procuradores-Gerais de Justiça, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro e Regina Lúcia de Almeida Rocha; os ex-Coordenadores da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional e membros honorários, Procuradores de Justiça aposentados, Reinaldo Campos Castro e João Raymundo Leitão; o atual Coordenador do Programa Memória, Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto; e os Procuradores de Justiça aposentados Raimundo Ferreira Marques, Helena Barros Heluy e Eliza Brito Neves dos Santos.

Essas autoridades foram instigadas a rememorem o seu passado, narrando o que vivenciaram na instituição, possibilitando assim o resgate de parte da história do Parquet Maranhense, que não está escrita em livros, mas tão somente vivenciada por seus atores sociais. Ademais, esses relatos estão inseridos em um contexto mais amplo, para além da Instituição, de forma que através deles se percebam as dificuldades e os desafios pelos quais passaram os promotores de justiça no início de suas carreiras.

Algumas dessas narrativas se referem ao Ministério Público da década de 1950, quando a Instituição não tinha autonomia funcional e os “promotores públicos” eram nomeados pelo Governador do Estado. Neste período, os principais desafios enfrentados pelos membros do Ministério Público que atuavam nas comarcas do interior foram a falta de segurança, de condições materiais de trabalho e a baixa remuneração que dependia da arrecadação municipal feita pela coletoria, conforme depoimentos.

Após muitas lutas por melhores condições salariais e de trabalho, promotores e procuradores de justiça se uniram e fundaram a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM) em 1971.

Em 1984, a classe ministerial paralisou suas atividades como forma de pressionar o Governo Estadual do Maranhão que, àquela época, ainda não havia cumprido o estabelecido na Lei Complementar nº 40/81, a qual determinava aos Estados que adaptassem suas leis relativas ao Ministério Público à organicidade determinada por essa norma federal.



Assim, a década de 80 foi marcada por reivindicações salariais, luta pelo reconhecimento da Instituição e promulgação da Constituição Federal de 1988, que fortaleceu institucionalmente o Ministério Público, dotando-o de novas atribuições e assegurando aos membros garantias e prerrogativas antes conferidas apenas à magistratura.

Para o desenvolvimento desse trabalho, têm-se realizado pesquisas nos dossiês funcionais dos membros do MPMA (aposentados ou na ativa) para se obter informações acerca da trajetória profissional de cada um. Com base nesses dados, elabora-se um roteiro de entrevista que serve como guia durante a realização das entrevistas, sendo estas gravadas e, posteriormente, transcritas. Em seguida, um profissional da área de linguística fará a edição das entrevistas, adaptando-as a uma linguagem escrita formal. Por fim, o resultado do trabalho será encaminhado aos depoentes para aprovação e autorização com fins de publicação.

Como já mencionado, a pesquisa em história oral ainda está no seu início e com um número reduzido de entrevistados. No entanto, o Programa Memória anseia, tão logo seja possível, contar com o maior número de membros narrando a sua história de vida e como esta se relaciona com a trajetória da Instituição da qual fez ou ainda faz parte.

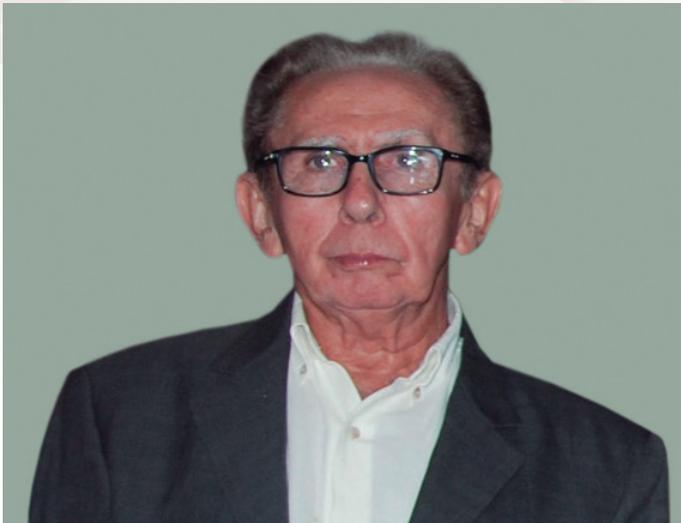
A seguir, apresenta-se trecho da entrevista de Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira Procuradora-Geral de Justiça eleita pela classe pós-Constituição Federal de 1988. Nessa passagem, rememora as dificuldades enfrentadas no cargo de promotor público quando entrou para o quadro permanente de membros do Ministério Público:

“[...] os desafios, a falta de segurança, a falta de condições materiais de trabalho, a baixa remuneração, nós ganhávamos muito pouco, a dependência de receber essa remuneração do coletor estadual, nós tínhamos que esperar a arrecadação do município, se o coletor achasse que dava pra nos pagar, pagava. Isso era a nossa paisagem nessa época. Então, isso parece uma coisa tão remota, que é até inimaginável, mas era nosso cotidiano. [...]”

Kelcilene Rose Silva

Historiadora do Programa Memória Institucional

GALERIA DOS ENTREVISTADOS - HISTÓRIA ORAL



ROQUE PIRES MACATRÃO
Procurador-Geral de Justiça
(1979-1982, de livre nomeação do Governador)



ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça
(1989-1990, 1990-1992 e 1992-1994)
Procuradora de Justiça aposentada



JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Procurador-Geral de Justiça
(1994-1996 e 1996-1997)
Fonte: TJMA



RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO
Procurador-Geral de Justiça
(1997-1998, 1998-2000 e 2002- 2004)
Coordenador da Comissão Gestora
do Programa Memória Institucional do
MPMA (2013-2014)



FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça
(2006-2008)



MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça
(2008-2010 e 2010-2012)



REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça
(2012-2014 e 2014-2016)

GALERIA DOS ENTREVISTADOS HISTÓRIA ORAL



TEODORO PERES NETO
Procurador de Justiça
Coordenador da Comissão Gestora do
Programa Memória Institucional do MPMA
(2014 - até os dias atuais)



JOÃO RAYMUNDO LEITÃO
Procurador de Justiça aposentado
Coordenador da Comissão Gestora do Programa
Memória Institucional do MPMA (2002-2006)



REINALDO CAMPOS CASTRO
Procurador de Justiça aposentado
Coordenador da Comissão Gestora do Programa
Memória Institucional do MPMA (2006-2008)



RAIMUNDO FERREIRA MARQUES
Procurador de Justiça aposentado



HELENA BARROS HELUY
Procuradora de Justiça aposentada



ELIZA BRITO NEVES DOS SANTOS
Procuradora de Justiça aposentada

GALERIA 50 ANOS DA PGJ

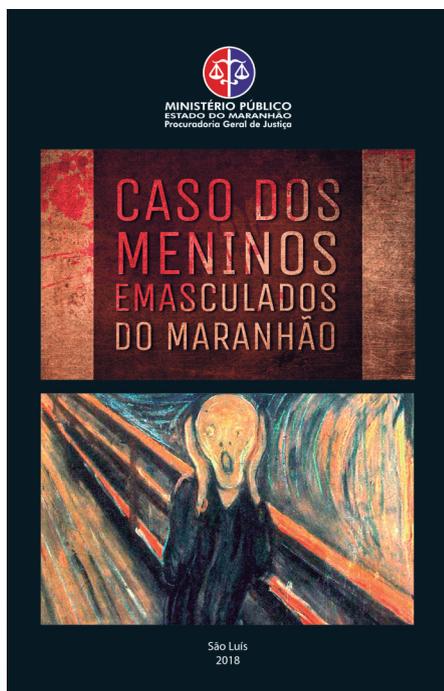
Com a edição do Ato Nº 239/2017-GPGJ, que institui o Diploma de Honra ao Mérito alusivo ao cinquentenário da criação do cargo de Procurador-Geral de Justiça e dá outras providências, em seu artigo 2º foi criada a GALERIA 50 ANOS como espaço para registro iconográfico de fatos recentes da história do Ministério Público, encontrando-se localizada no térreo da sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e com a curadoria da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional. Neste espaço foi afixada placa com a nominata de todos os membros em atividade na data do Dia Estadual do Ministério Público, em 15 de maio de 2017, data do cinquentenário do PGJ.

Também nesta data, foram lançados: Selo comemorativo do cinquentenário da criação do cargo de Procurador-Geral de Justiça, Edição comemorativa da Coletânea das Principais Normas Internas, v. 3 e o Informativo MP Memória.



Fotos: CCOM-MPMA

LANÇAMENTO DO LIVRO “CASO DOS MENINOS EMASCULADOS DO MARANHÃO”



A publicação “CASO DOS MENINOS EMASCULADOS DO MARANHÃO”, editada pelo Programa Memória Institucional do MPMA, através do Plano Editorial Felipe Franco de Sá, foi lançada em 18 de maio do corrente ano, data alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes durante a programação da Jornada de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Esta obra se refere à apuração de uma série de crimes de homicídio contra crianças e adolescentes, ocorridos no Maranhão nas décadas de 1990 e 2000, no qual 28 crianças e adolescentes foram mortos e consta com a apresentação do Procurador de Justiça e Coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória

Institucional Teodoro Peres Neto, o Relatório final da investigação lavrado pela Promotora de Justiça Geraulides Mendonça Castro, o Laudo com o Estudo Analítico e Geográfico dos Crimes produzido pelo ICRIM/MA, o Acordo de Solução Amistosa aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além de artigos de autoria do Advogado Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior e do Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho.



OUIDORA DO MPMA TOMA POSSE NA PRESIDÊNCIA DO CNOMP

A ouvidora do Ministério Público do Maranhão, Rita de Cássia Maia Baptista, foi empossada no cargo de presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), na noite do dia 16 de março, no Hotel Luzeiros (Ponta do Farol), para o anuênio 2018/2019. Também tomaram posse na solenidade os novos integrantes da diretoria do órgão.

Participaram da cerimônia autoridades do Ministério Público do Maranhão - incluindo o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho - e de vá-

rios estados brasileiros; representantes do Poder Judiciário; dos Executivos estadual e municipal e convidados.

Na cerimônia, Rita de Cassia Maia Baptista saudou todos os presentes e afirmou que o grande desafio do CNOMP é manter a credibilidade que as ouvidorias conquistaram junto à população. “No conselho, são discutidos mecanismos para as ouvidorias efetivamente se comunicarem com o cidadão. Quando agem assim, elas se tornam um verdadeiro agente da cidadania na salvaguarda de um bem maior: o interesse público”, enfatizou.



Redação e Fotos: CCOM-MPMA

CADEIRA DE CELSO MAGALHÃES NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO (IHGM) É OCUPADA PELO DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA

Em solenidade prestigiada por várias autoridades municipais e estaduais, membros de diversas carreiras jurídicas, academias e instituições culturais e numerosos convidados, realizada no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na noite de 24 de novembro de 2017, uma sexta-feira, o Desembargador Cleones Carvalho Cunha, então Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, tomou posse na Cadeira nº 25 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), patronada pelo intrépido Promotor de Justiça Celso Tertuliano da Cunha Magalhães. O empossado fez sua entrada ritual no recinto acompanhado por sócios efetivos do IHGM, dentre

os quais a Dra. Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, ex-Procuradora-Geral de Justiça, e foi saudado, em discurso elogiado, pela Promotora de Justiça e escritora Ana Luiza Almeida Ferro, titular da 14ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital. Ana Luiza, que foi aluna do empossado no Colégio Santa Teresa, e o professor João Batista Ericeira, presidente da Academia Maranhense de Letras Jurídicas (AMLJ), ambos sócios do IHGM, foram os responsáveis pela indicação de Cleones para integrar o sodalício em questão.

Ana Luiza Almeida Ferro
Promotora de Justiça da Capital



LIZE COSTA É EMPOSSADA COMO PROCURADORA DE JUSTIÇA



Foi empossada no dia 8 de março do corrente ano, no gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, a procuradora de justiça Lize de Maria Brandão de Sá Costa, que assumiu a 6ª Procuradoria de Justiça Cível. A procuradora de justiça, até então titular da 5ª

Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, foi promovida durante a sessão do Conselho Superior do Ministério Público do dia 2 de março.

Durante a cerimônia, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, destacou o compromisso e a seriedade da nova procuradora de justiça durante toda a sua carreira no Ministério Público. Ele deu as boas-vindas a Lize Costa, enfatizando que o Colégio de Procuradores é um espaço de diálogo e discussão a respeito de temas importantes para a instituição.

A procuradora de justiça empossada agradeceu pela recepção, lembrando a trajetória de 31 anos de Ministério Público, carreira que sempre desejou seguir, desde os tempos de estudante,

pela proximidade e importância do trabalho em favor da sociedade.

Lize Costa afirmou que a segunda instância é o coroamento de uma carreira, lamentando ter chegado a essa posição por conta do falecimento do procurador de justiça Suvamy Vivekananda Meireles, ressaltando a sua importância e o grande apoio dado por ele no início de sua carreira.



Redação e Fotos: CCOM-MPMA

MEMORIAL DO MPMA É REINAUGURADO NO CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MPMA

Em 14/12/2018, foi reinaugurado o Memorial do Ministério Público, dessa feita em sede própria no Centro Cultural e Administrativo do MPMA (antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça na Rua Oswaldo Cruz, nº 1396, Centro). O novo e definitivo espaço é composto de local reservado ao atual acervo museológico, além de sala de audiovisual e totens eletrônicos e terá destaque em edição especial do Informativo MP Memória a ser publicada em 2019, dedicada a inaugurações de novas instalações de vários órgãos do Ministério Público Maranhense.

